

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.**

**Fulano de tal**, menor relativamente incapaz, representado por sua genitora **Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, cédula de Identidade nº XXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nºXXXXXXXXXX, residente e domiciliada XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento na legislação vigente, ajuizar a presente:

**AÇÃO DE ALIMENTOS**

em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, CPF XXXXXXXX, demais dados ignorados, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, e, **Fulana de tal**, nacionalidade, profissão, demais dados ignorados, com endereço em XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX pelas razões de fato e de direito que seguem:

Inicialmente, importa registrar que os requeridos são avós paternos do menor **Fulano de tal**, cujo nascimento deu-se em XX/XX/XXXX e, consoante comprovam as Certidões de Nascimento anexas.

Saliente-se que o Requerente tem X anos de idade e suas maiores necessidades estão a seguir discriminadas: moradia, alimentação (saudável), vestuário, educação (material escolar), transporte, saúde e lazer.

Há de se observar que a mãe do menor se encontra desempregada e vive com ajuda da própria mãe, motivo pelo qual a ajuda dos avós paternos é medida indispensável para evitar o comprometimento do desenvolvimento saudável da criança.

O pai do menor, Fulano de tal, apesar de estar obrigado a prestar alimentos na monta de XX% do salário mínimo mensais ao menor, conforme termo de acordo ajustado na defensoria pública de XXXXX em anexo, jamais contribui com qualquer valor e **atualmente encontra-se preso, como consta na consulta processual em anexo.**

Assim, diante da impossibilidade do genitor do requerente ou de sua impossibilidade em manter sua prole, é admissível que sejam os alimentos cobrados diretamente dos avós a obrigação, pois constam da linha de prestação alimentar, como se observa o disposto no artigo 1696, do Novo Código Civil:

*“ O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.”*

E, no seguinte julgado:

*Processual Civil - Civil - Alimentos - Homologação de Acordo Firmado entre Avó e Neto - Necessidade de Complementação. 1 - Sabendo-se que não é conhecido o paradeiro do genitor do alimentando, demonstrado está a necessidade dos alimentos destinados à manutenção do mesmo, haja vista que sua genitora é estudante e não dispõe de recursos próprios para tal finalidade. 2 - A homologação do presente acordo resguarda e preserva os interesses do menor, de acordo com os ditames do artigo 1.696 do Código Civil, o direito à prestação de alimentos é extensivo a todos os ascendentes. 3 - Recurso conhecido e provido. (Apelação Cível 20040110973586APC DF, Acórdão Número : 255457, Data de Julgamento : 23/08/2006, Órgão Julgador : 2ª Turma Cível, Relator : J.J. Costa Carvalho, Publicação no DJU: 05/10/2006 Pág. : 73).*

Assim, em decorrência do laço parental e em face da situação que passa a menor, os avós paternos podem contribuir com seu sustento visto que

possuem situação financeiro hábil para tanto, solidariamente, a título de alimentos para o Requerente.

Com relação ao 1º Requerido, apesar de não se ter informações acerca de sua atual ocupação, acredita-se que pela sua idade deve estar aposentado ou auferindo benefício pelo INSS no valor de 1 (um) salário-mínimo, de forma, que pode contribuir com o percentual de XX% de seus rendimentos.

No que tange a 2ª Requerida, tem-se que a mesma é aposentada junto ao INSS, auferindo renda não inferior a 1 (um) salário-mínimo, de forma, que pode contribuir com o percentual de XX% de seus rendimentos.

Por fim, importa que a Requerente reside com a avó materna, que desta forma já auxilia o neto nas despesas de moradia, água, energia elétrica, alimentação, entre outros. Ademias vale resaltar que a avó materna ajuda com os próprios cuidados pessoais do menor tendo em vista que moram juntos.

Quanto ao avô paterno do requerente, este mora na XXXXXX e ajuda de forma pecuniária para os cuidados do requerente, repassando, constatemente valores em dinheiro para o custeio das despesas da criança.

Portanto, é de constar que os avos maternos não devem constar no polo passivo da demanda ajuizada pela criança pois estes já ajudam nas despesas básicas do menor desde o seu nascimento até os dias atuais.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) a intervenção do ilustre representante do Ministério Público;
- c) a fixação dos alimentos provisórios, **onde cada Requerido deverá pagar o percentual de XX% de seus rendimentos junto ao INSS** para o Requerente os quais deverão ser descontados e depositados pelo Instituto, até o dia XX de cada

mês, na conta bancária da genitora do menor, a saber: Banco da XXXXXX; Agência: XXXXX; Operação: XXX; Conta Poupança: XXXXXXXX;

f) seja oficiado o INSS para que proceda aos referidos descontos dos alimentos provisórios;

d) A citação dos Réus, para comparecerem a audiência de conciliação/instrução e julgamento e querendo apresentarem Contestação, sob pena de revelia;

e) seja julgado procedente o pedido, fixando como definitivos os alimentos na forma requerida como provisória.

g) a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a oitiva das testemunhas abaixo-arroladas.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, 10/11/23 13:40:14XX

Fulana de tal  
*Representante Legal do Requerente*

**Fulano de tal**  
Assistente

**Fulano de tal**  
*Defensor Público*